

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 799.120 - RS (2015/0261395-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : ELÓI CONTINI E OUTRO(S) - RS035912
AGRAVADO : MARINA GARCIA
ADVOGADO : PAULO GERALDO ROSA DE LIMA - RS024729

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA.

1. Ação revisional de contrato bancário.
2. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
3. Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto pelo BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A., contra decisão que negou seguimento a recurso especial com base nos seguintes fundamentos:

- i) impossibilidade de análise de ofensa a dispositivos constitucionais por esta sede recursal;
- ii) incidência da Súmula 284/STF quanto à alegada ofensa à Lei 4.595/64 e ao Decreto 22.626/33;
- iii) aplicação da Súmula 297/STJ quanto à ofensa ao art. 6º, V, do CDC;
- iv) ausência de interesse recursal quanto aos juros remuneratórios;
- v) incidência das Súmulas 5, 7 e 83/STJ relativamente à comissão de permanência;
- vi) aplicação da Súmula 83/STJ no tocante à repetição do indébito; e
- vii) incidência da Súmula 7/STJ em relação aos honorários advocatícios.

Constata-se, da análise da petição do presente recurso, que o agravante, limitando-se a repetir as mesmas razões recursais despendidas em seu apelo extremo, não rebateu adequadamente, de forma clara e específica, os fundamentos aplicados na decisão de admissibilidade.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora